

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na sequência de uma reunião solicitada pela Comissão de Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa a este Grupo Parlamentar, foi o Bloco de Esquerda alertado para situações que, a confirmarem-se, podem configurar diversas ameaças à prossecução do respeito de direitos dos trabalhadores do Metropolitano, legalmente consagrados.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, não tendo obtido qualquer resposta no tempo regimentalmente indicado à sua Pergunta ao Governo, de 25 de setembro de 2018, que pretendia esclarecer as situações levantadas, vem reiterar as questões então colocadas. Assim, recorde-se:

As situações levantadas são de dois tipos:

- i. As que se relacionam com a possível alienação do património do ML, designadamente o terreno onde se localiza atualmente a interface de camionagem de Sete-Rios, e com o que está protocolado para financiamento do fundo de pensões para os trabalhadores da empresa;
- ii. As que se referem ao desenvolvimento da operação do Metropolitano de Lisboa e à superação das carências, antigas e atuais, do seu normal funcionamento.

Sobre a possível alienação dos terrenos de Sete-Rios e a utilização dos fundos provenientes dessa venda, foram os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa surpreendidos com afirmações que o Sr. Ministro do Ambiente produziu a esse respeito, no final de julho, declarando que “conta com mais 30 a 40 milhões da venda de um terreno que o Metropolitano detém em Sete Rios” (<https://eco.pt/2018/07/24/licencas-de-co2-garantem-expansao-dos-metros-de-lisboa-eporto/>). Esta afirmação é grave porque a mesma ignora compromissos antigos que o Estado e a Câmara Municipal de Lisboa assumiram no aprovisionamento adequado do Fundo de Pensões para os Trabalhadores do Metro, se e quando viesse a ocorrer uma possível venda desses terrenos, enquadrada num processo de urbanização a empreender naquela zona.

De facto, em 2003, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, pela Proposta n.º 794/2003,

Protocolos/Acordos entre a Câmara Municipal de Lisboa e duas entidades: o Metropolitano de Lisboa (ML), e a Rede Nacional de Expressos. Nos documentos assinados, estabeleciam-se as seguintes condições e obrigações de cada uma das partes sobre o terreno de Sete-Rios:

1. Este terreno permitiria a instalação de uma nova central de camionagem, transferindo para este local a antiga Central de Camionagem do Arco do Cego;
2. Nos considerandos da proposta está exposto que esta operação garantiria que esses terrenos, propriedade do ML, seriam alvo de uma valorização imobiliária expectável e que essa valorização teria como objetivo a constituição de um fundo de pensões para os trabalhadores da empresa.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e da Transição Energética, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento dos compromissos assinados em 2003 pelo Estado no âmbito do Protocolo de Acordo envolvendo a Câmara Municipal, o Metropolitano de Lisboa e a Rede Nacional de Expressos sobre o perfil do projeto de urbanização para o local e sobre o destino a dar ao produto da venda dos terrenos das instalações de Sete-Rios no financiamento para o fundo de pensões dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa?
2. Considerando o conteúdo das declarações do Sr. Ministro do Ambiente à Comunicação Social no passado mês de julho, isso significa que o governo considera incumprir os termos do protocolo assinado em 2003, pondo em causa, dessa forma, os compromissos assinados relativos à constituição do fundo de pensões dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa pela venda dos terrenos de Sete-Rios?
3. Em caso de uma resposta negativa à questão anterior, está o Governo disponível para clarificar este assunto que, com razão, traz em sobressalto os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, reafirmando que palavra dada não será violada e que, portanto, o que está protocolado é para ser cumprido na data da venda dos referidos terrenos do Metropolitano em Sete-Rios?

Palácio de São Bento, 8 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)